



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo N.º 015/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o procedimento para **CONTRATO** via **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em seu formato **ELETRÔNICO**, para a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA**, destinados a atender a necessidade da Câmara Municipal de Sooretama/ES, nas condições, especificações e quantitativos descritos neste Termo de Referência, conforme a solução selecionada na análise das alternativas disponíveis no mercado realizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.2. Deverão ser rigorosamente atendidas às especificações e quantitativos constantes da tabela abaixo e observados os esclarecimentos constantes neste Termo de Referência:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Desodorizador de ambiente - spray 360ml	Unid.	12	Spray aproximadamente com 360ml. Os desodorizadores de ambiente são uma solução eficaz para neutralizar odores desagradáveis e manter um ar fresco e agradável. Eles são fáceis de aplicar e podem ser utilizados em diversos ambientes, como banheiros, cozinhas, escritórios e lojas. A escolha de desodorizador de ambiente 360ml deve considerar a fragrância desejada e a área a ser tratada.	R\$ 18,52	R\$ 222,24



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

Álcool líquido - 46% - 1L	Unid.	20	O álcool é uma solução hidroalcoólica contendo 46% de etanol e 54% de água. Ele é menos inflamável que o álcool 70% ou 96%, mas ainda pode ser utilizado para algumas finalidades, como: Limpeza e desinfecção leve: Embora menos eficaz que o álcool 70% para eliminar microrganismos, pode ser usado na limpeza geral. Uso cosmético: Pode ser encontrado em produtos para a pele, perfumes e loções. Uso doméstico: Em algumas receitas caseiras de produtos de limpeza ou na remoção de manchas. Por ter uma concentração menor de etanol, sua capacidade antisséptica é reduzida, sendo menos recomendado para desinfecção de superfícies e pele em ambientes hospitalares.	R\$ 12,34	R\$ 246,80
Desinfetante 5L	Unid.	15	Composição: Produto à base de tensoativos aniônicos, agentes sequestrantes, solventes e fragrância de pinho. Contém agente bactericida comprovado contra os micro-organismos comumente presentes em ambientes domésticos e institucionais. Ação: Produto com dupla ação, garantindo a higienização e eliminação de 99,9% dos germes e bactérias. Proporciona limpeza eficaz e perfumação duradoura com aroma de pinho. Diluição: Uso puro para desinfecção e diluído (até 1:20) para limpeza geral, com manutenção da eficácia desinfetante. Apresentação: Embalagem plástica de alta resistência, contendo 5 litros do produto, com tampa rosqueável para maior segurança no transporte e armazenamento. Especificações adicionais: pH: Entre 7,0 e 9,5 (produto neutro a levemente alcalino). Registro na Anvisa: Produto regulamentado, com número de registro em conformidade com as normas da Anvisa e legislação vigente.	R\$ 20,86	R\$ 312,90



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

			Fragrância: Aroma característico de pinho, duradouro e fresco.		
Detergente	Unid.	100	Tensoativos aniônicos, conservantes, espessantes, fragrância, corante e água. Uso recomendado: Indicado para limpeza de utensílios domésticos, como louças, panelas, copos e superfícies laváveis em geral. Ação: Produto de alta eficiência na remoção de gorduras e resíduos, sem agredir superfícies delicadas, como vidro e inox. Características técnicas: Neutro, com pH entre 6,5 e 7,5. Produz espuma abundante e possui enxágue rápido, economizando água. Fragrância suave e agradável, disponível em diversas opções, como limão, neutro ou floral. Apresentação: Embalagem plástica transparente ou colorida, com capacidade de 500ml, resistente e com tampa flip-top, garantindo praticidade no uso e armazenamento. Biodegradável: Formulação que respeita o meio ambiente, de acordo com as normas vigentes. Registro na Anvisa: Produto regulamentado, com número de registro em conformidade com a legislação sanitária.	R\$ 3,50	R\$ 350,00
Lustra Móveis	Unid.	15	Composição: Mistura de silicones, solventes, emulsificantes, fragrância e água, formulada para proporcionar brilho e proteção às superfícies. Uso recomendado: Indicado para limpeza, proteção e brilho de móveis de madeira, laminados, fórmica e superfícies sintéticas. Ideal para manutenção de superfícies em ambientes domésticos e institucionais. Ação: Remove poeira, manchas leves e marcas de dedo, formando uma camada protetora contra o acúmulo de sujeira.	R\$ 15,43	R\$ 231,45



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

			Realça o brilho natural das superfícies sem deixá-las escorregadias. Fragrância de lavanda, proporcionando aroma suave e agradável ao ambiente. Características técnicas: Fórmula não oleosa, com rápida absorção. Não abrasivo, evitando danos à superfície tratada. Fácil aplicação, podendo ser utilizado com pano seco ou úmido. Apresentação: Embalagem plástica de alta resistência, contendo 500ml, com tampa dosadora ou spray para maior praticidade. Especificações adicionais: Produto biodegradável, respeitando normas ambientais. PH: Neutro. Registro na Anvisa: Produto regulamentado, com número de registro em conformidade com a legislação vigente.		
Cloro Líquido 5L	Unid.	12	Cloro Líquido 5L- É um poderoso agente desinfetante e alvejante, ideal para higienização e limpeza de ambientes, superfícies, tecidos e tratamento de água. Com alta eficácia bactericida e germicida, auxilia na eliminação de microrganismos, odores e sujeiras difíceis. Principais Características: Desinfecção eficaz: combate vírus, bactérias e fungos .Versatilidade: pode ser utilizado para limpeza geral, lavagem de roupas brancas e purificação de água. Fácil aplicação: diluição simples conforme a necessidade de uso. Alto rendimento: embalagem de 5 litros, ideal para uso doméstico, comercial e industrial.	R\$ 23,18	R\$ 278,16



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

O Papel Higiênico Fardo com 12 Rolos/30 metros	FARDO	100	É a escolha ideal para quem busca maciez, resistência e ótimo custo-benefício. Cada rolo possui 30 metros de comprimento, proporcionando maior durabilidade e economia no dia a dia. Feito com materiais de qualidade, garante uma textura suave e conforto no uso, sendo ideal para toda a família. Embalagem prática com 12 rolos, perfeita para manter o estoque sempre abastecido. Características: Contém 12 rolos Cada rolo com 30 metros. Textura suave e macia. Alta resistência e absorção Fácil dissolução na água, evitando entupimentos Perfeito para uso doméstico, comercial ou institucional.	R\$ 19,57	R\$ 1.957,00
Rodo Grande	Unid.	05	Material da base: Estrutura de alumínio ou plástico reforçado, resistente à oxidação e ao desgaste, com suporte para fixação segura da borracha. Material da borracha: Borracha natural ou sintética de alta qualidade, com excelente flexibilidade e durabilidade, proporcionando eficiência na remoção de líquidos de superfícies lisas. Material do cabo: Cabo de madeira tratada ou alumínio anodizado, leve e resistente, com acabamento liso e ergonômico para evitar farpas ou desconforto durante o uso. Comprimento do cabo: Aproximadamente 1,20 metros ou mais, garantindo postura ergonômica durante a utilização. Largura da base: Base com largura mínima de 40 cm, ideal para varrição de líquidos em grandes áreas, como pisos de cerâmica, porcelanato e concreto. Uso recomendado: Indicado para remoção de água e outros líquidos em ambientes internos e externos, como cozinhas, banheiros, áreas comerciais e industriais. Características adicionais: Fixação segura do cabo à base, com sistema rosqueado ou reforçado para maior durabilidade.	R\$ 37,32	R\$ 186,60



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

			Borracha com resistência ao desgaste e ao uso prolongado. Produto leve, resistente e de fácil manuseio.		
Rodo Pequeno	Unid.	06	Material da base: Estrutura de plástico reforçado ou alumínio resistente, com suporte seguro para a fixação da borracha. Material da borracha: Borracha natural ou sintética de alta qualidade, flexível e resistente, garantindo eficiência na remoção de líquidos em superfícies lisas. Material do cabo: Cabo de madeira tratada ou plástico resistente, com acabamento liso para conforto e segurança durante o uso. Comprimento do cabo: Aproximadamente 50 a 70 cm, adequado para manuseio em pequenas áreas. Largura da base: Base com largura entre 20 a 30 cm, ideal para limpeza em locais de difícil acesso ou superfícies menores, como pias, bancadas e banheiros. Uso recomendado: Indicado para remoção de água e líquidos em áreas pequenas, como bancadas, pias, mesas, vidros, ou em locais internos e externos de tamanho reduzido. Características adicionais: Fixação segura entre o cabo e a base, com sistema reforçado ou rosqueado. Borracha com alta durabilidade e resistência ao desgaste. Produto leve e fácil de manusear	R\$ 26,55	R\$ 159,30



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

Saco de lixo 50 L preto resistente	Unid.	10	Saco de lixo 50 L preto resistente capacidade de 50 litros, confeccionado em material resistente e durável, ideal para o descarte de resíduos domésticos, comerciais ou industriais. Possui alta resistência a rasgos e perfurações, garantindo segurança no manuseio e transporte do lixo. Cor: Preto. Capacidade: 50 litros Material: Plástico reforçado (PEBD ou similar)Indicação de uso: Lixo doméstico, escritórios, comércios e eventos Diferenciais: Resistente, flexível e fácil de amarrar. Ideal para quem busca um saco de lixo forte e confiável, evitando vazamentos e rasgos durante o uso.	R\$ 23,25	R\$ 232,50
Saco de lixo 15 L preto resistente	Unid.	35	Preto resistente capacidade de 15 litros, confeccionado em material resistente e durável, ideal para o descarte de resíduos domésticos, comerciais ou industriais. Possui alta resistência a rasgos e perfurações, garantindo segurança no manuseio e transporte do lixo. Cor: Preto Capacidade: 15 litros. Material: Plástico reforçado (PEBD ou similar) Indicação de uso: Lixo doméstico, escritórios, comércios e eventos. Diferenciais: Resistente, flexível e fácil de amarrar. Ideal para quem busca um saco de lixo forte e confiável, evitando vazamentos e rasgos durante o uso.	R\$ 15,53	R\$ 543,55
Esponja Multiuso Dupla Face	Unid	48	Esponja multiuso , composta de um lado macio (amarelo) e outro áspero (verde), ideal para limpeza comum e sujeiras difíceis, como superfícies antiaderente e delicadas.	R\$ 2,43	R\$ 116,64



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

Flanela Amarela	Unid.	15	Com boa absorção-Ideal para limpeza e polimento, a Flanela Amarela de Microfibra possui alta capacidade de absorção, removendo poeira, sujeira e líquidos com eficiência. Feita com fibras macias e resistentes, não solta fiapos e evita riscos em superfícies delicadas. Perfeita para uso doméstico, automotivo e profissional.Super absorvente. Toque macio e não abrasivo, não solta fiapos. Lavável e reutilizável	R\$ 6,43	R\$ 96,45
Coador	Unid.	10	Coador -Material da base: Madeira tratada e resistente, com acabamento liso e reforço estrutural para garantir estabilidade durante o uso. Material do aro: Metal galvanizado ou aço inoxidável, resistente à oxidação e de longa durabilidade, fixado firmemente à base de madeira. Material do coador: Tecido de algodão ou poliéster, de alta qualidade e densidade, adequado para filtrar o pó de café de maneira eficiente, garantindo sabor puro e sem resíduos. Dimensões: Altura total: Aproximadamente 25 cm (incluindo base e aro). Diâmetro do coador: Entre 12 e 15 cm, ideal para preparar grandes quantidades de café. Base sólida com largura suficiente para suportar jarra ou recipiente de coleta. Características adicionais: Base robusta e antiderrapante, garantindo segurança durante o uso. Coador de tecido lavável e reutilizável, proporcionando economia e sustentabilidade. Produto leve, de fácil transporte e limpeza.	R\$ 10,67	R\$ 106,70



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

Guardanapos FOLHA DUPLA	Unid.	300	São ideais para diversas ocasiões, oferecendo qualidade e praticidade. Com dimensões aproximadamente de 23,5cm x 23,5cm, possuem dupla camada, garantindo maior resistência e absorção. São perfeitos para uso em restaurantes, lanchonetes, eventos e no dia a dia, proporcionando conforto e eficiência. Características: Tamanho: 23,5cm x 23, 5cm.Folha dupla: maior resistência e absorção. Toque macio e agradável. Uso versátil: ideal para refeições, eventos e estabelecimentos comerciais	R\$ 3,19	R\$ 957,00
Copo descartável	Caixa	40	Branco de 200ml ideal para uso em escritórios, consultórios, festas e eventos. Fabricados em material resistente e de alta qualidade, os copos descartáveis oferecem praticidade e higiene no dia a dia. Especificações: Capacidade: 200mlCor: Branco Material: Polipropileno (PP) ou Poliestireno (PS), conforme fabricante ;Quantidade: Varia conforme a embalagem (ex.: 1000 unidades por caixa)Uso: Bebidas frias e em temperatura ambiente	R\$ 181,05	R\$ 7.242,00
Balde- Material	Unid.	02	Balde- Material: Polipropileno (PP) ou plástico de alta densidade, resistente a impactos e ao uso contínuo, com acabamento liso para facilitar a higienização. Capacidade: Volume mínimo de 10 litros, ideal para armazenar soluções de limpeza, água ou outros líquidos.; Design: Base reforçada para maior estabilidade, evitando tombamentos durante o uso. Bordas arredondadas para maior segurança e conforto no manuseio. ; Alça: Alça ergonômica e resistente, com reforço para suportar o peso máximo com segurança. Uso recomendado: Indicado para limpeza em ambientes domésticos, comerciais ou industriais, suportando produtos químicos e	R\$ 21,21	R\$ 42,42



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

			água em diferentes temperaturas. Características adicionais: Marcador de volume interno em litros, facilitando o preparo de soluções. Disponível em diversas cores para identificação de usos específicos (ex.: separação por tipo de ambiente). Produto leve, durável e fácil de transportar. Possibilidade de tampa opcional para fechamento seguro (se aplicável).		
Garrafa Térmica para Café 1,8L -	Unid.	04	Alta Durabilidade e Eficiência. Mantenha seu café sempre quente e saboroso por horas com a garrafa térmica de 1,8 litros. Com um design moderno e ergonômico, ela é ideal para uso em casa, escritórios, eventos e comércios. Fabricada com materiais de alta qualidade, sua estrutura conta com parede dupla e isolamento térmico eficiente, garantindo a temperatura ideal por mais tempo. ;plástico resistente (dependendo do modelo)Sistema de Servir: Bico dosador / Alavanca de pressão; Isolamento térmico: Mantém líquidos quentes ou frios por várias horas Design Elegante e Funcional : Ideal para quem aprecia um café sempre quente e fresco!	R\$ 171,11	R\$ 684,44
Garrafa Térmica para Café 1L	Unid.	03	Garrafa Térmica para Café 1L - Alta Durabilidade e Eficiência. Mantenha seu café sempre quente e saboroso por horas com a garrafa térmica de 1 litro. Com um design moderno e ergonômico, ela é ideal para uso em casa, escritórios, eventos e comércios. Fabricada com materiais de alta qualidade, sua estrutura conta com parede dupla e isolamento térmico eficiente, garantindo a temperatura ideal por mais tempo. Capacidade: 1L. Material: Aço inoxidável / Plástico resistente (dependendo do modelo) Sistema de Servir: Bico dosador / Alavanca de pressão. Isolamento térmico: Mantém líquidos quentes ou frios por	R\$ 161,60	R\$ 349,80



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

			várias horas Design Elegante e Funcional : Ideal para quem aprecia um café sempre quente e fresco!		
Pó de Café – 500g	Pacote	400	Café torrado e moído, tradicional torra média (adequado para coadores de papel, pano ou cafeteira. Embalagem a vácuo ou almofada Peso: 500g por pacote Densidade e rendimento: O café deve apresentar rendimento mínimo de 80 xícaras por pacote de 500g, conforme padrão do fabricante Composição: 100% café, sem adição de açúcares ou outros ingredientes. Aroma e sabor: Deve apresentar sabor equilibrado e aroma característico, sem sinais de ranço ou fermentação Acidez e corpo: Característica moderada, garantindo um sabor suave e agradável Validade: Mínimo de 6 meses a partir da data de entrega Rotulagem: Deve conter todas as informações obrigatórias conforme a legislação vigente da ANVISA e MAPA, incluindo lote, data de fabricação e validade Armazenamento: Produto deve ser armazenado em local seco, fresco e ao abrigo da luz	R\$ 33,99	R\$ 13.596,00
Chá (sabores)	CAIXA	120	O chá deve atender aos seguintes requisitos: Tipo: Chá em sachê. Sabores desejados: Camomila, Erva-doce, Hortelã, Chá preto Chá verde Capim-cidreira, Frutas vermelhas, Maracujá com laranja (ou similares) Embalagem: Caixas	R\$ 6,51	R\$ 781,20



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

			individuais com sachês embalados separadamente. Quantidade por caixa: Mínimo de 10 sachês por caixa . Validade: Mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. Conservação: Produto deve ser armazenado em local seco e arejado, protegido da luz e da umidade		
Manteiga 500g	Unid.	150	Manteiga (leite de vaca), sal. Peso Líquido: 500g. Forma: Sólida, pastosa, de fácil espalhabilidade. Cor: Amarela, característica do produto. Textura: Cremosa e homogênea. Sabor: Suave, com equilíbrio entre a manteiga e o sal. Embalagem: Plástica, vedada, para garantir frescor e conservação. Conservação: Armazenar em local seco, fresco e arejado. Após aberto, deve ser refrigerado para manter a qualidade. Validade: Data de validade e lote indicados na embalagem. Origem: Fabricado de acordo com as normas e legislações sanitárias vigentes no país de origem. Requisitos de Qualidade: Não contém conservantes artificiais, corantes ou aromatizantes. O produto deve estar livre de substâncias estranhas ou contaminantes que possam comprometer a saúde do consumidor. Garantia de higiene e controle durante o processo de fabricação e embalagem. O sal deve estar dentro dos limites recomendados pelas autoridades sanitárias para garantir o equilíbrio de sabor sem excessos.	R\$ 28,27	R\$ 4.240,50
Adoçante	Unid.	02	Adoçante dietético para uso geral em alimentos e bebidas.	R\$ 16,71	R\$ 33,42
Açúcar - 5kg	Kg	150	Açúcar Branco Peso Líquido: 5 kg. Tipo: Cristal (uso geral) Embalagem: Saco plástico resistente, selado, com identificação do fabricante e validade. Cor: Branca, homogênea Granulometria: Fina e uniforme	R\$ 22,57	R\$ 3.385,50



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

			Odor e sabor: Característicos de sacarose pura, sem odores ou sabores estranhos Origem: Derivado da cana-de-açúcar Validade: 18 a 24 meses (dependendo do fabricante). Indicação de Uso Indicado para consumo doméstico, preparo de sobremesas, bolos, biscoitos, sucos, cafés e chás. Pode ser utilizado em cozinhas industriais, padarias, confeitarias e restaurantes. Armazenamento Conservar em local fresco, seco, arejado, ao abrigo da luz solar e de produtos químicos. Após aberto, manter em recipiente limpo e fechado.		
VALOR TOTAL GLOBAL MÉDIO					R\$ 36.352,57

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, conforme justificativa constante no Documento de Formalização da Demanda, apêndice deste Termo de Referência.

1.4. O prazo de vigência do Contrato/Instrumento Equivalente será de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogado conforme necessidade da Administração.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Os Requisitos da Contratação, encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DAS AMOSTRAS:

2.1. Não será exigida amostra para a presente contratação.

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1. Não será exigida Qualificação Técnica para a presente contratação.

5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

5.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação,



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

devendo ser comprovada de forma objetiva que será restrita à apresentação da seguinte documentação:

5.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, observada a data de validade definida no instrumento, no caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, **90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.**

4.2.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

5.3. Para a presente contratação não se faz necessária a apresentação de Balanço Patrimonial dos últimos 02 (dois) exercícios, sobre o estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (LC nº 123/2006), dentre os benefícios nos parece merecer destaque o regime tributário do Simples Nacional. ME e EPP enquadradas no Simples Nacional não são obrigadas a fazer o Balanço Patrimonial anual.

5.4. O Art. 37, inc. XXI da CF/88, menciona que;

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**” (GRIFO NOSSO)

5.5. Ou seja, a qualificação econômica que poderá ser exigida é tão somente aquela indispensável à garantia do cumprimento das obrigações oriundas do Contrato Administrativo derivado da respectiva licitação.

5.6. Nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase de habilitação econômico-financeira tem como finalidade comprovar a capacidade do licitante para assumir e cumprir as obrigações contratuais dela decorrentes, devendo sua exigência estar devidamente motivada no processo. Nesse sentido, justifica-se, para a presente contratação, a exigência de apresentação de certidão negativa de feitos relativos à falência, como forma de assegurar que a licitante vencedora não se encontra em estado de insolvência ou em trâmite de recuperação judicial, circunstâncias que poderiam comprometer a execução regular do objeto contratual.

6. DAS CONSULTAS DE SANÇÕES:



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

6.1. Como condição prévia à contratação, ocorrerá a análise da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

6.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

6.5. Cadastro de empresas inidôneas, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES (<https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/consultas/lista-de-responsaveis/empresas-inidoneas/>) e proibidas de contratar com o Poder Público estadual ou municipal (<https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/consultas/lista-de-responsaveis/proibidos-de-contratar/>).

6.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.10. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

6.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.13. Somente serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1. No caso de Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.5. No caso de Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.6. No caso de Cooperativa: Ata de Fundação e Estatuto Social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

7.7. No caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País: Decreto de Autorização;

8. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

8.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);**

8.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4. Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);

8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **certidão negativa ou positiva com efeito de negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, obtida por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao;

8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente. A proponente com filial no Município de Sooretama/ES fica obrigada a fornecer a certidão relativa a esta Filial, para atendimento do item;

8.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação da licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

9.1. A justificativa da necessidade da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

10.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

11.1. Os bens a serem adquiridos para fins e efeitos da Lei Federal nº 14.133/21, caracterizam-se como bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ETP, por meio de especificações usuais no mercado.

12. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

12.1. Considerando a natureza e o valor do objeto a ser contratado por meio do presente processo administrativo, vislumbramos a possibilidade de adotar a **dispensa de licitação**, nos termos do Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Tal entendimento decorre do fato de que o valor estimado para a contratação se encontra dentro dos limites legais estabelecidos para a hipótese de contratação direta, vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação: (GRIFO NOSSO)

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; ~~(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)~~ (Vigência) ~~(Vide Decreto nº 11.317, de 2022)~~ Vigência ~~(Vide Decreto nº 11.871, de 2023)~~ Vigência (Vide Decreto nº 12.343, de 2024) Vigência

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; ~~(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)~~ (Vigência) ~~(Vide Decreto nº 11.317, de 2022)~~ Vigência ~~(Vide Decreto nº 11.871, de 2023)~~ Vigência (Vide Decreto nº 12.343, de 2024) Vigência
(GRIFO NOSSO)

12.2. Ressalte-se que o limite previsto no inciso II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 encontra-se atualmente fixado em **R\$ 65.492,11**



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

(sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), conforme atualização estabelecida pelo Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.

12.3. Diante da adequação do valor estimado ao limite legal estabelecido para a contratação direta, e considerando a necessidade de conferir maior celeridade e eficiência à tramitação do presente processo, opta-se pela realização da contratação por dispensa de licitação, com fundamento no dispositivo legal supracitado.

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

13.1. O critério de julgamento será o de menor preço, representado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, edital e demais anexos.

13.2. Será considerada vencedora do certame a licitante que, após a análise da proposta de preços e dos documentos de habilitação, atendidas às exigências do edital, houver ofertado o menor preço para a execução do objeto da licitação.

13.3. Os licitantes deverão apresentar proposta que contemple todos os custos para a entrega dos bens.

14. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

14.1. Os bens deverão ser entregues no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, na **Câmara Municipal de Sooretama (Avenida Ângelo Suzano, nº 850, Bairro Centro, Sooretama, Espírito Santo)** – após o recebimento da **Ordem de Fornecimento**, expedida pelo Setor Responsável, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da “Ordem de Fornecimento”, de acordo com a necessidade, devendo constar na solicitação a quantidade e o local de entrega.

14.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela contratada, desde que previamente autorizada pela Administração.

14.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.7. O recebimento provisório ou definitivo dos bens não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.8. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a Contratada deverá comunicar por escrito à **Câmara Municipal de Sooretama** tal ocorrência, indicando a data em que efetivará a mesma, não podendo o adiamento ser superior a **48 (quarenta e oito) horas**.

14.9. A eventual reprovação dos bens, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá o Contratante da aplicação das multas a que está sujeita a Contratada.

14.10. A Contratada não fica exonerada de suas responsabilidades por vícios que venham a ser observados após a entrega dos bens, nos termos do Código Civil, observadas as disposições deste Termo de Referência.

14.11. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos bens.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

15.1.2. receber os bens no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

15.1.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos bens entregues, para que seja reparado ou corrigido;

15.1.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a entrega dos bens no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações pertinentes.

16.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos bens, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;

16.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

16.1.7. atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato, limitada ao quantitativo de cada item;



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

16.1.8. manter a entrega dos bens, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

16.1.9. responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos bens objeto do Termo de Referência;

16.1.10. reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

16.1.11. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos bens;

16.1.12. apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

16.1.13. não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato;

16.1.14. manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Termo de Referência;

16.1.15. responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando do fornecimento;

16.1.16. responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

16.1.17. mesmo não sendo a fabricante da matéria prima, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

16.1.18. manter endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO:

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

19.1. A fiscalização do presente contrato será realizada pelo Contratante, por intermédio de Servidor Indicado através de Portaria, de forma a fazer cumprir rigorosamente as especificações, prazo, proposta e condições deste Termo de Referência.

19.2. Nos termos dos Art. 104 e Art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.3. Aos servidores investidos na função de fiscal compete:

19.3.1. manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos constatados;

19.3.2. receber, acolher e atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega dos bens, para fins de pagamento;

19.3.3. comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura;

19.3.4. comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais,



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

19.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

19.5. A contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização do contrato, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas pelo contratante.

19.6. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização do contrato durante a execução do objeto contratado não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela entrega dos bens.

19.7. A Fiscalização do contrato será exercida no interesse exclusivo do contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer irregularidade.

20. DO PAGAMENTO:

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **15 dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de boleto bancário ou ordem bancária, mediante crédito em conta corrente do Banco Banestes S.A., cujos dados (banco, agência e conta) deverão ser informados pela contratada, sempre após a realização e recebimento dos bens.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a entrega do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 Lei nº 14.133/2021.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

20.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.11. Havendo a efetiva entrega do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

20.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = ***, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \left(\frac{6}{100} \right)}{100} \quad I = \frac{TX}{100} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

365

21. DO REAJUSTE:

21.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IGPM ou INPC (deverá ser optado pela Administração o que se revelar mais vantajoso economicamente para a contratante), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo, fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

21.8. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

22.1. Não haverá exigência de garantia de execução.

23. DA GARANTIA CONTRATUAL:

23.1. Não será exigida garantia contratual.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

24.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no

24.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/21 as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4. A sanção prevista neste tópico, calculada na forma do Termo de Referência ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21.

24.5. A sanção prevista no inciso III do caput do Art. 156 da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

24.6. A sanção prevista no inciso IV do caput do Art. 156 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como pelas infrações



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

24.7. A sanção estabelecida no inciso IV do caput do Art. 156 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

24.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do Art. 156 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

24.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.10 A aplicação das sanções previstas no caput do Art. 156 da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública

24.11 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.12.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

24.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

24.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

24.15. A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do Art. 158 da Lei nº 14.133/21;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

24.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

24.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24.18. A Câmara Municipal de Sooretama/ES deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

24.19. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em Termo de Referência ou em contrato. A



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

24.20. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

24.21. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

25.1. Os recursos necessários ao atendimento das despesas do presente termo correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento de 2026.

Gestão/Unidade: 001 – CÂMARA MUNICIPAL
Fonte: 001 – CÂMARA MUNICIPAL
Projeto atividade: 000001001.0103100012.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO
Elemento de Despesa: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Ficha: 07

26. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD:

26.1. É vedado aos partícipes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do respectivo contrato prevista em seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

26.2. Os partícipes se comprometem a manter o sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e dados pessoais



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Estado do Espírito Santo

sensíveis – repassados em decorrência da execução do objeto do contrato, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

26.3. Os partícipes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução do objeto do contrato, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

26.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a contratante, para a execução do objeto do contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes do contratado, tais como número do CNPJ, CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia de documento de identificação.

26.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

26.6. A contratada fica obrigada a comunicar a contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou lícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

27.1. Considerando que nas Licitações Públicas a Lei Federal nº 14.133/21 proíbe expressamente o direcionamento do Termo de Referência para uma marca ou modelo específico, declaro sob as penalidades da lei, que as especificações dos itens a serem licitados foram desenvolvidas de maneira independente. Dessa forma, há ausência de qualquer tipo de direcionamento por parte dos envolvidos.

27.2. Naquilo que for omissivo o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

Sooretama - ES, 12 de março de 2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Estado do Espírito Santo

LUSINÉIA MACHADO DE MENEZES ROSA
DIRETORA GERAL
RESPONSAVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR